

Goa: a cidadela cristã no Oriente*

Célia Cristina da Silva Tavares*

Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar as características principais da cristandade que se formou na capital do Estado da Índia, domínio português no Oriente, a cidade de Goa, entre os séculos XVI e XVII. Pretende-se demonstrar que apesar da poderosa ação cristianizadora desenvolvida tanto pela Companhia de Jesus e demais ordens religiosas, quanto pela Inquisição obteve resultados que podem ser considerados parciais, especialmente se for lembrado que um grande número de populações de não cristãos estavam em torno da cidade, exercendo sempre enorme pressão, daí a idéia de apresentar a cidade de Goa como uma Cidadela cristã no Oriente.

Palavras-chave: Goa, Império português, Inquisição, Companhia de Jesus.

Abstract

This article aims to analyze the main features of Christianity which was formed in the capital of Estado da India, Portuguese Empire in East, the city of Goa, among the centuries XVI and XVII. The aim is to demonstrate that despite the powerful action of Christianization both developed by the Company of Jesus (Compañía de Jesús) and other religious orders, as the Inquisition's results that can be considered partial, especially if it is remembered that a large number of populations of non-Christians were around the city, always exerting enormous pressure, hence the idea of this article is to present the city of Goa as a Christian Citadel in East.

Keywords: Goa, Portuguese empire, Inquisition, Society of Jesus

* Artículo recibido el 14 de noviembre de 2008 y aprobado el 28 de noviembre de 2008. Artículo de investigación científica.

* Doctora en Historia Social de la Universidad Federal Fluminense (UFF) y Profesora de la Universidad del Estado de Río de Janeiro, Brasil. Dirección de contacto: celiatavares@uol.com.br

[...] aqui entram as seitas, os ritos e cerimônias, as quais os costumes e leis invioláveis de suas Respublicas, as quais de nenhum modo quebrantam, ainda em suas pequenas e a nosso parecer escusadas coisas; pois se em coisas que em Europa se mudam com facilidade, com tão grande rigor as conservam; que dificuldade haverem de mudar leis antigas, ritos e cerimônias pertencentes à falsa Religião dos Idólatras, mouros e judeus. E estas dificuldades em todo mundo reinam, muito mais sem comparação dominam o Oriente, no qual vivem quatro nações de gente, cristãos, judeus, mouros e gentios.

Sebastião Gonçalves (SJ). *Primeira parte da historia dos religiosos da Comp.^a de Jesus* e do que fizeram com divina graça na conversão dos infieis à nossa sancta fee catholica nos reynos e provincias da India Oriental [Manuscrito] composta pelo P. e Sebastiam Gonçalves religioso da mesma Comp.^a - 1614

Ao longo do século XVI, Goa – a capital do Estado da Índia, seu centro administrativo, econômico, militar, político e religioso – consolidou sua imagem de pólo da cristianização da Ásia e da África oriental, chegando a ser definida como a “pequena Roma do Oriente”. De fato, era ali que se concentravam o arcebispado, as bases das principais ordens religiosas, um grande número de clérigos seculares, igrejas, confrarias e o Tribunal do Santo Ofício. Além disso, a cidade assistiu a instalação de cinco concílios provinciais (1567, 1575, 1585, 1592 e 1606), onde foram discutidas diversas questões relativas à conversão dos gentios. Portanto, sua identificação como sede da cristandade no Oriente não é difícil de ser aceita¹.

Em contrapartida, é verdade que também persistiam traços de *orientalização*, ou de *indianização*, como define George Davison Winus, resultado dos contatos constantes entre as culturas portuguesa e hindu. Para esse autor, “o império da Ásia Portuguesa era literalmente meio indiano, isto é, mestiço”². Um bom exemplo é a difusão do uso do palanquim (espécie de liteira usada na Índia) pelos membros da corte e pelo próprio vice-rei até finais do século XVI, quando ocorreu uma limitação de seu uso, como sinal de distinção social.

Mesmo assim, sua caracterização como uma cidade cristã era muito visível e predominante, o que foi notado por

¹ O processo de ocidentalização cultural de Goa intensifica-se a partir da chegada dos jesuítas segundo. MADEIRA SANTOS, Catarina, “Goa é a chave de toda a Índia”. *Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1999, p. 224.

² WINIUS, George Davison, *A lenda negra da Índia Portuguesa: Diogo do Couto, os seus contemporâneos e o Soldado Prático. Contributo para o estudo da corrupção política nos impérios do início da Europa moderna*, Lisboa: Edições Antígona, 1994, p. 185.



Mapa de Goa – século XVII

Fuente: BOCARRO Antônio, *Livro das Plantas das Fortalezas, Cidades e Povoações do Estado da Índia Oriental*, Biblioteca de Évora, Códice CXV, Cidade de Goa.

diversos viajantes, tais como Jan Huygen van Linschoten; François Pyrard de Laval e Charles Dellon.

Todo o fluxo de religiosos que chegava ao Oriente por intermédio de Portugal no século XVI e início do XVII estava submetido à lógica do padroado português que, submetendo a Igreja ao Estado, associava estreitamente a expansão militar e comercial portuguesa, fosse na Ásia, na África ou na América, à propagação da fé católica.

De uma maneira geral, toda a região oriental estaria sob a jurisdição do padroado português, mas essa era uma suposição mais fictícia do que real, uma vez que o domínio lusitano estava restrito

a determinados pontos-chave das principais rotas comerciais no Índico e no Pacífico. É verdade que a ação missionária dos jesuítas rompeu muitas vezes esse limite geopolítico do Império português, do que não faltam inúmeros exemplos: a missão do padre Antônio de Andrade no Tibete, entre 1624 e 1635, e mesmo as experiências no Império Mogol, no Ceilão, no Japão e na China, especificamente nas regiões fora dos limites das cidades e fortalezas com presença portuguesa.³

³ Para aprofundamento desta missão. Ver: DIDIER, Hugues (Org.), *Les portugais au Tibet: les premières relations jésuites (1624-1635)*, Paris, Editions Chandeigne, 1996.



Mapa do Estado da Índia

Fuente: ALDEN, Dauril, *The making of an enterprise: the Society of Jesus in Portugal, Its Empire and Beyond, 1540-1750*, Stanford, Stanford University Press, 1996, p.10.

Portugal não fazia restrições à nacionalidade dos clérigos que se dirigiam ao Oriente, como prova a variedade de procedências dos jesuítas enviados à Ásia: além dos portugueses, para ali foram espanhóis, ingleses, franceses, belgas, holandeses, irlandeses, alemães, suíços, italianos e poloneses⁴; mas havia a obrigatoriedade de todos,

⁴ Wicki, José, "Liste der Jesuiten-Indienfahrer 1541-1758", *Portugiesische Forschungen der Gorresgesellschaft*, Erste Reihe, Aufsätze zur portugiesischen kulturgeschichte, 7, Band 1967, Münster, 1969, pp. 252-334.

⁵ Essa obrigatoriedade tinha sido decisão do rei, mas chegou a ser referendada pelo papado em 1600 pelo breve *Onerosa Pastoralis* que obrigava todos os missionários que fossem para China e Índia a

religiosos seculares ou regulares de qualquer nação, viajarem em embarcações portuguesas, e o destino principal era quase sempre Goa⁵.

No entanto, desde fins do século XVI surgiram críticas a essa hegemonia

saírem de Lisboa em navios portugueses. No entanto, pouco tempo depois, em 1608, houve uma alteração em relação à exclusividade do porto e dos navios portugueses feita pelo breve *Sedis Apostolicae* do papa Paulo V para as ordens mendicantes; Urbano VIII ampliou esse direito às outras ordens religiosas em 1633 e, por fim, Clemente X estendeu-o aos clérigos seculares. Ver em REGO, Antônio da Silva, *O padroado português do Oriente: esboço histórico*, Lisboa, Agência Geral das Colônias, 1940, p. 67 e OLIVEIRA, Miguel de, *História Eclesiástica de Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1994, p. 141.

lusitana no Oriente proporcionada pelo padroado, tanto por parte do mundo católico, quanto de países protestantes⁶. Boxer destacou que “os portugueses tinham em grande parte abandonado as atitudes e a mentalidade de conquistadores que os haviam inspirado nas primeiras décadas da sua expansão na Ásia e encontravam-se fundamentalmente interessados no comércio pacífico e em conservarem o que já tinham conseguido”, o que alimentava a suspeita de que não estavam a serviço da propagação da fé⁷.

Os ataques iniciais partiram dos frades espanhóis missionários das ordens mendicantes nas Filipinas, que contestaram o monopólio jesuítico e o próprio padroado no Oriente, alegando que nem o reino de Portugal, nem a Companhia de Jesus tinham homens suficientes para levarem a cabo a evangelização da Ásia⁸. As queixas foram encaminhadas a Roma e lá encontraram eco, pois o papado

começava a rever sua antiga posição de privilegiar as coroas ibéricas, em detrimento da autoridade papal.

Segundo Boxer, a supressão do *patronato* de Espanha e do padroado de Portugal nas Américas não seria possível, uma vez que nessa região os reis ibéricos desempenhavam todos os deveres e direitos que implicavam tais privilégios concedidos pela Santa Sé. Mas no Oriente o caso era muito diferente, não apenas pelas críticas aos portugueses, que chegavam a Roma, mas principalmente porque não havia uma efetiva dominação territorial das conquistadas lusitanas na Ásia e, ainda mais, uma fraca rede episcopal fora montada na região⁹. Essa brecha foi aproveitada por um novo órgão criado pelo papado, o qual traria mais elementos de tensão para o Oriente: a *Sagrada Congregação de Propaganda Fide*.

O cerne da discussão repousava na seguinte questão: para a Propaganda, o padroado português era um privilégio, e se porventura o rei não conseguisse cumprir com os deveres que lhe eram inerentes, a Sé poderia revogá-lo. Já para Portugal, o padroado era um direito que havia sido concedido por diversas bulas papais, e estava diretamente associado à soberania do rei. Assim, o

⁶ Alguns pensadores como Hugo Grotius contestaram a pretensão de hegemonia nos mares dos portugueses usando como justificativa o fato deles não terem obtido sucesso na tarefa de alargamento da fé. Ver BOXER, C. R., *Império colonial português*, Lisboa, Edições 70, 1977, pp. 93.

⁷ BOXER, *Império colonial*, p. 92-93.

⁸ Ver SANTOS HERNÁNDEZ, Angel, “Los patronatos español y portugués: conflictos en zonas fronterizas”, *Congreso Internacional de História: Missionação Portuguesa é encontros de culturas*, Actas, África Oriental, Oriente e Brasil, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa/Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses/Fundação Evangelização e Culturas, 1993, vol. III, pp. 511-537.

⁹ BOXER, *Império colonial*, pp. 228-229. A observação sobre a fragilidade da rede episcopal é de OLIVEIRA E COSTA, João Paulo, “A diáspora missionária”, MARQUES, João Francisco e António CAMÕES GOUVEIA (Coord.), *História religiosa de Portugal. Humanismos e Reformas*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 2, p. 293.

ponto central do problema era a possibilidade de se retirar essa prerrogativa da monarquia lusitana¹⁰.

Para além da discussão sobre se as críticas ao padroado português eram justificadas, deve-se perceber que o ambiente proporcionado por esse extenso debate sempre reverberou em Goa, somando-se às ameaças dos inimigos infieis, às dificuldades econômicas, aos problemas políticos e sociais. Todos esses aspectos reunidos reforçavam situação de cerco e insularidade que os habitantes da cidade freqüentemente experimentavam.

A sociedade colonial na Ásia portuguesa era essencialmente militar e comercial, segundo Boxer, mas não se pode esquecer que a cruz estava associada à espada e às especiarias¹¹. Goa possuía todas essas características, e tornou-se o espaço físico das maiores colaborações, mas também de conflitos graves entre as regiões que compunham a Índia portuguesa.

Segundo Raquel Soeiro de Brito a cidade de Goa tinha uma frente marítima de cerca de 2 km, e toda a área urbana seria de 4 km², sendo que o centro da cidade estaria na faixa ribeirinha, contido em cerca de 1km de frente e 0,5 km de profundidade. As principais ruas eram pavimentadas e as secundárias eram de terra batida. A via principal, a rua Direita ou dos Leilões,

estava ligada ao Cais dos Vice-Reis, entrada da cidade para quem chegasse por via marítima, e onde se concentrava a maior atividade comercial da cidade, com um mercado de pérolas, peças de ouro, pedras preciosas, escravos, sedas, tapetes, cavalos, ou seja, mercadorias oriundas de todo o Oriente. A principal entrada terrestre era a rua de São Pedro, localizada nas proximidades do arsenal da cidade – importante centro de construção naval no Oriente –, instalado na rua das Naus de Ormuz e onde se concentravam locais de venda de bebidas alcoólicas, pela presença de grande número de trabalhadores. No centro de Goa situavam-se “dezesseis das quarenta e uma ruas principais, cinco das dezessete igrejas mais importantes, incluindo a Sé, cinco dos doze conventos”, além dos prédios da administração: o Tribunal da Relação, o Tribunal da Inquisição, a Alfândega, a Misericórdia, o Hospital Real, o Palácio dos Vice-Reis, o quartel. Na área central da cidade também havia os principais largos e monumentos da cidade: o Terreiro dos Galos, a Praça do Sabaio e o Arco dos Vice-Reis. Ou seja, tratava-se de “um verdadeiro centro político, religioso e cívico”¹².

Os dados sobre a população de Goa são muito imprecisos, vagos e sem homogeneidade de informações, pois nem sempre há a discriminação entre

¹⁰ REGO, *O padroado português*, p. 24.

¹¹ REGO, *O padroado português*, p. 293.

¹² BRITO, Raquel Soeiro de, *Goa e as praças do Norte: revisitadas*, Lisboa, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 99-100.



Mapa da parte frontal da cidade de Goa – século XVI

Fuente: LINSCHOTEN, Jan Huygen van, *Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, prancha da Cidade de Goa.

portugueses e naturais da terra. Russell-Wood informa que “em 1524 existiam na cidade quatrocentos e cinquenta chefes de família portugueses; em 1540, esse número passa para 1.800, mas incluía tanto mestiços como portugueses da Europa”¹³. Francisco Bethencourt refere-se ao registro de Diogo do Couto para o cálculo da população de Goa no final do século XVI: sessenta mil cristãos¹⁴. As informações só se tornam mais sistemáticas para o século XVIII, que indicam para meados desse século a população de 206.596 habitantes¹⁵.

Sanjay Subrahmanyam utiliza-se dos dados de Antônio Bocarro no seu *Livro*

¹³ RUSSELL-WOOD, A. J. R., “A sociedade portuguesa no ultramar”, BETHENCOURT, Francisco e Kirti CHAUDHURI (Dir.), *História da expansão portuguesa*, Lisboa, Círculo de Leitores e Autores, 1998, vol. 1, p. 267.

¹⁴ BETHENCOURT, “As Câmaras e Misericórdias”, BETHENCOURT, e CHAUDHURI (Dir.), *História da expansão*, p. 358.

¹⁵ RUSSELL-WOOD, A. J. R., “Comunidades étnicas”, BETHENCOURT, e CHAUDHURI (Dir.), *História da expansão*, 1999, vol. 3, p. 210. Para o século XVIII, ver o estudo de LOPES, Maria de Jesus dos Mártires,

de plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia, “compilado entre 1633 e 1635, com o auxílio do secretário do então vice-rei conde de Linhares, Pedro Barreto de Resende”, para estimar a população da Ásia portuguesa, ao menos em duas categorias usualmente utilizadas por autoridades e cronistas da época: os *casados moradores* e os religiosos das quatro principais ordens existentes no Oriente – jesuítas, franciscanos, dominicanos e agostinianos¹⁶. O historiador indiano explica que a categoria *casado* abrangia tanto os que eram portugueses por inteiro quanto mestiços e até mesmo cristãos conversos asiáticos, motivo pelo qual Bocarro utiliza a distinção de *casados brancos* e *casados negros*¹⁷. A cidade de Goa possuía 800 *casados brancos* e 2.200 *casados negros*, ou seja, um total de 3.000 casados. O total para toda a Ásia portuguesa era de 4.903 *casados brancos* e 7.435 *casados negros*, somando-se 12.338 casados.

Outro grupo identificado por essa fonte é o dos clérigos regulares, que em Goa totalizavam 599 pessoas, num universo para todo o Estado da Índia de cerca de 1.813 religiosos¹⁸.

Goa setecentista: tradição e modernidade, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa, 1996, especialmente o capítulo II.

¹⁶ SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O império asiático português – 1500-1700: uma história política e econômica*, Lisboa, Difel, 1995, p. 309.

¹⁷ SUBRAHMANYAM, *O império asiático*, p. 311.

¹⁸ SUBRAHMANYAM, *O império asiático*, pp. 312-315.

Subrahmanyam enfatiza o caráter parcial desses dados, ou seja, que eles devem ser analisados apenas como indicadores de tendências gerais da população na primeira metade do século XVII. Uma alternativa para complementar essa informação poderia ser os registros dos jesuítas sobre os batizados, mas também aí os números referiam-se à região de Salcete e, ainda assim, não há um registro continuado, o que inviabiliza tal quantificação.

Deve-se entender que a capital do Estado da Índia e da cristandade no Oriente possuía significativas referências arquitetônicas que correspondiam à necessidade de demonstração visual de sua grandeza. É importante lembrar que muitos templos hindus e mesquitas muçulmanas eram ricos e grandiosos no Oriente, induzindo a uma manifestação equivalente por parte dos cristãos portugueses, numa espécie de “rivalidade visual”.

Desde os primórdios da ocupação lusitana até meados do século XVII – quando se começou a pensar na transferência da cidade para local com menos problemas de insalubridade – foram feitas construções que buscavam exprimir a fé professada e que se pretendia expandir. As capelas de Santa Catarina, padroeira da cidade, de Santo Antônio, de Nossa Senhora do Monte; as igrejas do Rosário, de Bom Jesus (erigida pelos jesuítas), de Nossa Senhora da Graça dos Agostinhos; a Sé Catedral; o Colégio de São Paulo; os conventos com suas respectivas igrejas dos franciscanos, dos teatinos e o das

Mônicas (primeiro mosteiro feminino da Ásia) são alguns dos prédios que formavam impressionante expressão da devoção religiosa de Goa.

Além de igrejas e conventos, outra forma de manifestação da religiosidade em Goa se encontra no grande número de confrarias que surgiram na cidade e nas regiões vizinhas, como Salcete e Bardez. Essa forma de organização da população cristã portuguesa e indiana também foi um importante elemento de difusão do cristianismo.

Serge Gruzinski, a partir das reflexões de Sanjay Subrahmanyam, afirma que as monarquias católicas ibéricas e seus domínios transformaram-se no teatro de interações entre o cristianismo, o islã e as “idolatrias”, como eram designados os cultos existentes na América, África e as grandes religiões asiáticas. O esforço de cristianização, que pode ser entendido como “ocidentalização”, fez com que essas monarquias sustentassem pela primeira vez uma burocracia em escala planetária, cujos principais representantes foram a Companhia de Jesus e a Inquisição. Não obstante, os contatos entre as civilizações produziram uma realidade múltipla, com a mistura de elementos tradicionais das culturas envolvidas num “processo de mestiçagem”, como é definido pelo autor. Diante dessa realidade múltipla o historiador tem de transformar-se numa espécie de “eletricista” – que Gruzinski chega a enunciar sob a forma da expressão “eletricista-historiador” –, capaz de estabelecer as conexões

geradas a partir dos contatos de civilizações, de culturas, as chamadas “histórias conectadas”¹⁹.

Um bom exemplo desse processo descrito por Gruzinski pode ser encontrado na experiência de cristianização ocorrida em Goa durante os séculos XVI e XVII. Geralmente destaca-se a originalidade da ocupação dessa cidade no conjunto da expansão portuguesa, na medida em que os colonizadores se utilizaram das práticas comerciais e da estrutura da vida rural goesas, embora tenham deixado marcas religiosas católicas muito evidentes nessa sociedade²⁰. É inegável que a cristianização foi uma inserção da cultura européia na realidade indiana, especificamente na de Goa. Mas não se deve esquecer que as fronteiras entre as culturas são maleáveis e comportam trocas. Dessa forma, pode-se observar, em contrapartida, a “indianização” – ou “hinduização” – de algumas práticas religiosas dos grupos cristãos de Goa²¹. É muito comum a prática de colocar colares de flores nas imagens de santos, especialmente de

¹⁹ GRUZINSKI, Serge, “Les mondes mêlés de la monarchie catholique et autres «connected histories»”, *ANNALES HSS*, 56 (1), Francia, Ecole des hautes études en sciences sociales, janvier-février, 2001, pp. 89-92.

²⁰ RIBEIRO, Orlando, “Originalidade de Goa”, *Atas do III Colóquio Internacional de Estudos Lusobrasileiros*, Lisboa, 1959, vol. 1, p. 179.

²¹ BORGES, Charles J., “The changing faces of Christianity in Goa: from being Portuguese to being Indian?”, *Lusophonies asiatiques, Asiatiques em lusophonies*, Bordeaux, Editions Karthala, 2000, pp. 435-437.

São Francisco Xavier, apóstolo das Índias, reproduzindo uma prática de tratamento dada a deuses hindus. Por outro lado, símbolos externos da vida cristã podem ser vistos nas casas e aldeias da cidade e adjacências. Em Salcete, os jesuítas conseguiram, com o tempo, que os moradores substituíssem a planta sagrada usada como proteção – *tulãss* – que todo o hindu mantinha na entrada de sua casa, por uma roseira de Santa Catarina ou por um cruzeiro, tornando, assim, fácil a identificação das habitações dos cristãos locais, ao mesmo tempo em que se combatia uma manifestação de “gentilidade”²².

Outro aspecto comumente ressaltado para indicar o enraizamento da cristianização de Goa é o número de cristãos existentes na região. É verdade que nos séculos XVI e XVII esse número foi sempre crescente, ao basear-se especialmente nas fontes jesuíticas, mas o século XIX oferece um quadro distinto, mesmo que se considerem as diferenças territoriais, uma vez que desde meados do século XVIII os portugueses haviam acrescentado ao território de Goa as terras das *Novas Conquistas*, cujas populações não sofreram o mesmo esforço evangelizador dos séculos anteriores. Considera-se que o primeiro censo confiável realizado em Goa é o de 1881, quando foi

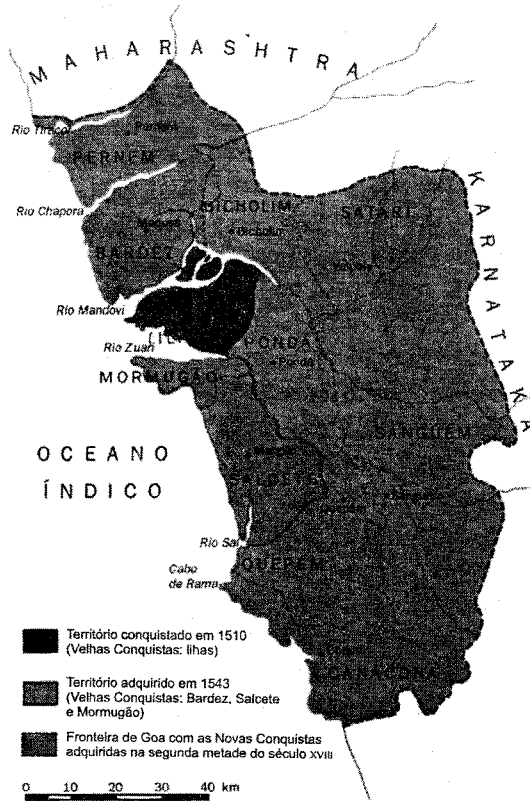
detectado que 58% da população era de cristãos e 42% de hindus. Em 1950, ainda sob o domínio português, outra estatística demonstrou que a população hindu era majoritária, com o índice de 55% dos habitantes, enquanto os cristãos constituíam-se em 42%. No entanto, mesmo havendo uma tendência demográfica de diminuição de cristãos, esse último censo indicava uma predominância da população cristã na região das *Velhas Conquistas*, nomeadamente em Salcete, com o índice de 79%.

Em 1981, vinte anos após a independência de Goa, as estatísticas indicavam um maior número de hindus, com índice ainda superior ao de 1950, 64%, contra um significativo declínio dos habitantes cristãos, 31%. Não há a informação nesse caso do índice de cristãos nas *Velhas Conquistas*, mas mesmo esses indicadores gerais revelam uma tendência de diminuição desse número, o que comumente é explicada por uma estagnação do crescimento dessa população derivada, principalmente, de uma dramática migração de goeses cristãos para outras regiões da Índia e do mundo²³.

Quando se compara o processo de cristianização de Goa com o da América hispânica, especialmente nas regiões onde existiam sociedades organizadas de maneira mais complexa, como eram

²² THOMAZ, Luís Filipe, “O cristianismo e as tradições pagãs na Índia portuguesa”, *Actas do Congresso Internacional de Etnografia*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, vol. 4, pp. 9-10.

²³ BRITO, *Goa e as praças*, pp. 39-43. Cf. DE SOUZA, *Goa: roteiro*, p. 73.



Mapa das Velhas e Novas Conquistas

Fuente: DE SOUZA, Teotônio R., *Goa: roteiro histórico-cultural*, Lisboa, Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1996, p. 32.

os casos das civilizações asteca e inca, nota-se que os resultados, tanto do ponto de vista quantitativo como no de enraizamento do cristianismo, são muito diferentes. No caso americano, a cristianização difundiu-se de forma generalizada. Não se está aqui avaliando a mecânica do processo, se há assimilação, aculturação, ou inculturação. Apenas destaco que, nos dias atuais, os países que pertenceram ao domínio espanhol têm na fé católica

um elemento de identidade cultural inquestionável. Na América portuguesa e em outras regiões dos domínios americanos pertencentes à Espanha, de maneira diferente, a cristianização também se consolidou, mas graças à própria lógica de colonização, que se baseou na ocupação do território onde viviam esparsas populações indígenas. Ao referir-se aos contatos entre as civilizações e culturas menos complexas, usando o Brasil como exemplo, Braudel

afirma que: “o português aparece e o índio primitivo retrai-se, cede o seu lugar”,²⁴.

No caso do Oriente, especificamente no de Goa, a realidade era muito diferente, ou, “tudo se complica e a toada já não é a mesma quando o avanço não é feito sobre o vazio”,²⁵. Não só as densidades demográficas eram infinitamente maiores na Índia, como se tratavam de civilizações muito antigas e profundamente enraizadas. O hinduísmo, como um conjunto de concepções e práticas religiosas que pautavam a vida dos indianos, possuía um complexo sistema de castas que ditava uma organização da sociedade em termos de grupos, e toda sua lógica reforça a totalidade social em detrimento do interesse individual. Trata-se, portanto, de uma poderosa barreira que dificultava a aproximação das culturas que a expansão portuguesa proporcionava.

Na América espanhola, especificamente nas regiões das civilizações asteca e inca, também havia dificuldades de se superar as altas densidades populacionais, apesar dos recursos técnicos de defesa serem mais frágeis no caso americano do que no do Oriente. Os esforços de cristianização feitos pelos espanhóis nos seus domínios

na América, por outro lado, foram formidáveis. No plano institucional, numerosas ordens religiosas instalaram-se desde o início da ocupação territorial, universidades, bispados e arcebispados em toda parte, três tribunais do Santo Ofício em pontos estratégicos do império, todas essas iniciativas serviram para formar uma forte estrutura com o propósito de desenvolver a evangelização. Campanhas como “conquista espiritual” e “extirpação de idolatrias” foram motos essenciais da presença espanhola na América, sobretudo nos dois primeiros séculos. Mas tudo isso só se tornou possível, evidentemente, em razão de ter ocorrido uma efetiva conquista territorial, militar e política do mundo indoamericano. Partindo do exemplo espanhol e para além das características da sociedade hindu já ressaltadas, deve-se buscar na própria estrutura do Estado da Índia explicações sobre os limites da cristianização que ali teve lugar. O Império português no Oriente estava montado como uma rede e tinha como principal ambição o controle da circulação de mercadorias. Os portugueses nunca promoveram um real esforço de conquista de territórios que não aqueles que consolidariam suas posições. A tarefa provavelmente estaria além das capacidades da Coroa portuguesa. Pode-se dizer o mesmo em relação à cristianização, aliás, associada diretamente à expansão portuguesa. Por mais missionários que se dirigissem para o Oriente, fossem jesuítas, franciscanos, agostinianos, dominicanos ou religiosos da Propaganda Fide, a tarefa era

²⁴ BRAUDEL, Fernand, *Civilização material, economia e capitalismo – séculos XV-XVIII: as estruturas do quotidiano*, Lisboa, Teorema, 1992, t. 1, p. 76.

²⁵ BRAUDEL, *Civilização material*, p. 78.

hercúlea e fadada a enfrentar enormes obstáculos, que se não eram totalmente intransponíveis, mesmo depois de ultrapassados, alcançavam resultados modestos.

A Companhia de Jesus foi uma das ordens que mais esforços envidou para a missionação. É verdade que não agiu de maneira uniforme como costumeiramente são apresentadas as ações dos jesuítas. É interessante perceber que, onde a presença portuguesa não era efetiva, a abordagem dos jesuítas tendia mais a um modelo de “orientalização”, a partir do último quartel do século XVI. Nas regiões onde havia o respaldo das autoridades portuguesas houve maior tendência à “ocidentalização”, mesmo que houvesse níveis de flexibilização junto às populações locais.

Por outro lado, a cristianização não estava apenas a cargo dos jesuítas ou de outras ordens religiosas. A Inquisição também desempenhava seu papel nessa ação. Como tribunal que julgava as questões de fé, mas atrelado à Coroa portuguesa, o Tribunal do Santo Ofício de Goa tornou-se o mais poderoso instrumento no processo de “ocidentalização” da sociedade goesa. O esforço foi grande, a tal ponto que promoveu a alteração do alvo tradicional desse tribunal: a perseguição aos cristãos-novos. A partir dos finais do século XVI a preocupação com as gentilidades ocupou o centro das atenções dos inquisidores. Mesmo com a recorrente recomendação de brandura em relação aos neófitos, a própria

natureza das conversões feitas em Goa servia de material quase inesgotável para a ação persecutória inquisitorial. Nesse aspecto, chega-se a uma importante contradição: o enorme esforço de evangelização feito principalmente pelos jesuítas, que privilegiava os batismos em massa, colaborava para a frouxidão do conhecimento da doutrina e franqueava a possibilidade de se cometerem heresias, retro-alimentando o próprio alvo da Inquisição oriental. Além disso, os batismos em massa eram interessantes também pelas próprias características do sistema de castas, pois a conversão em grupo facilitava a inserção social desses novos cristãos, que assim perpetuavam um elemento fundamental da cultura hindu, constituindo-se em forte elemento de “indianização” ou “hinduização” do catolicismo.

Sem dúvida houve colaborações entre a Inquisição de Goa e a Companhia de Jesus, mas com certeza muitos dos conflitos basearam-se numa divergência fundamental em relação à postura do que se entendia ser o ato de cristianizar. Mesmo com variações, pode-se dizer que, de maneira geral, os jesuítas tendiam a uma postura de flexibilização de determinadas práticas culturais, desde que elas fossem consideradas apenas manifestações exteriores de identidade política ou social, o que era aceitável dentro do espírito de adaptação paulina. Em contrapartida, os inquisidores pautavam-se pela ortodoxia, e mesmo que tenham ficado perplexos diante da complexa realidade

indiana, logo procuraram os padrões usuais de perseguição e de ação na conduta social dos indianos cristãos recém-convertidos. Essa tarefa mostrou-se também extraordinária, pois num mundo onde as fronteiras eram extremamente flexíveis, maleáveis, porosas, aumentar-se a pressão poderia resultar em esforço perdido, como fica evidente quando se constata a migração de goeses para outras regiões da Índia, fugindo da legislação feita pelos vice-reis ou do aumento da atuação da Inquisição de Goa, o que ameaçava seus interesses e seu estilo de vida.

Deve-se ainda aqui dimensionar melhor a atuação do Tribunal goês. Há a necessidade de fazer-se um ajuste no olhar sobre sua ação, a modo de evitar a tradição de “lenda negra” que a envolve. Não há como negar que foi o tribunal de fé mais ativo dos que existiram na Coroa portuguesa. Mas com certeza era também a realidade mais complexa com a qual um tribunal da Inquisição já se havia confrontado, o que pode ser verificado no número de processados registrados. Mas é importante notar que os níveis percentuais dos relaxados ao braço secular não fugiam das médias históricas dos tribunais inquisitoriais lusitanos, até onde foi possível constatar a partir dos dados fragmentários que sobreviveram à destruição da documentação do tribunal goês.

Desde a segunda metade do século XVI desenvolveram-se métodos de conversão que promoveram o crescimento da população cristã na cos-

ta ocidental da Índia. Mas é possível ver que no século XVII a forma de se fazer a cristianização em Goa acabou criando muitos problemas. As tensões entre o clero nativo, as autoridades eclesiais portuguesas, o padroado português e as próprias restrições de pureza de sangue exigidas para o ingresso nas ordens religiosas no Oriente contribuíram para evidenciar as contradições promovidas pelo processo de evangelização desenvolvido na Índia. A dura oposição do clérigo brãmene Mateus de Castro²⁶ ou a preocupação com a ação de missionação defendida pelos clérigos seculares nativos de Goa, responsáveis pela fundação da Ordem da Santa Cruz dos Milagres em finais do século

²⁶ Nascido por volta de 1594, provavelmente ficou órfão ainda muito jovem e foi levado para o colégio franciscano dos Reis Magos em Goa. Depois de estudar na cidade por cinco anos, tivera sua ordenação impedida pela recusa do arcebispo de Goa, Cristóvão de Sá, uma vez que este clérigo teria prometido que não ordenaria nenhum padre brãmene, segundo o próprio Mateus de Castro. Agastado por essa decisão, resolveu ir a Roma em 1621, ali chegando somente em 1625 após uma longa jornada por terra. Protegido pelo prelado italiano Francesco Ingoli, primeiro secretário da Propaganda Fide, fez os estudos teológicos no *Collegium Urbanum* e foi ordenado em 1630. Enviado a Goa em 1633, suas credenciais não foram aceitas pelas autoridades eclesiásticas portuguesas, que duvidaram de sua autenticidade. Retornou então a Roma, convencido de que a presença portuguesa era um entrave ao desenvolvimento do clero nativo goês, desencadeando uma série de denúncias contra o padroado lusitano. Por iniciativa da Propaganda Fide, foi consagrado bispo de Crisópolis em 1637 e enviado novamente para a Índia três anos depois, como vigário apostólico no reino de Bijapur. Em 1653, fomentou um ataque a Goa ao incitar o sultão muçulmano de Bijapur e os holandeses, além de

XVII²⁷, são indicadores das dificuldades de assimilação do clero indiano na estrutura eclesiástica da Índia, provavelmente por uma desconfiança fundamental acerca da qualidade da formação desses religiosos.

Entretanto, seja com a flexibilidade de um bom número de jesuítas, com a rigidez da Inquisição ou com o interesse de inserção nas atividades missionárias do clero secular goês, a verdadeira marca da cristianização de Goa está no seu caráter insular, confinado, posto sob cerco, pois em torno da cidadela cristã, capital do Estado da Índia, da considerada Roma do Oriente, existiam multidões que não compartilhavam a fé católica com os portugueses, e que por

informar sobre as fragilidades da cidade a esses dois inimigos dos portugueses. Escreveu ainda uma carta aos brâmanes de Goa intitulada *O Espelho dos Brâmanes*, conclamando um levante desse grupo contra o domínio português. Seus planos falharam, uma vez que o ataque a Goa fracassou e, pressionado mais uma vez, regressou a Roma em 1658, onde morreu em 1677. Por toda a vida, Mateus de Castro dedicou-se a criticar a política dos portugueses de discriminação do clero goês, ansiando pela expulsão dos lusitanos da região, por considerar ser esta a única maneira para a difusão do cristianismo na Índia

²⁷ José Vaz nasceu em 1650 ou 1651, filho de Cristóvão Vaz e Maria Miranda, brâmanes, todos naturais da aldeia de Sancoale em Salcete, estudou no colégio de S. Tomás dos jesuítas e ordenou-se padre em 1676. Era considerado um clérigo competente, bom pregador e tinha sido vigário de vara na missão do Canará por três anos. Ele foi o responsável por vincular a iniciativa dos clérigos goeses em formar uma ordem religiosa aos estatutos da Congregação do Oratório de Lisboa, pois foi ele que enviou esta solicitação ao próprio padre Bartolomeu de Quental, que havia introduzido esta ordem em Portugal.

isso eram consideradas inimigas e uma ameaça à cristandade. Mas essa ilha de cristãos em que Goa havia se transformado também convivía, dentro de suas defesas, com a presença desse universo de diferenças religiosas que promovia contraditoriamente a orientalização dos cristãos que viviam na cidade. As fronteiras existiam nos limites físicos do domínio português na Índia, mas também havia fronteiras dentro da cidade de Goa e, por suas características intercambiáveis, foi possível promover uma rica circulação de padrões culturais nesse espaço. Portanto, a originalidade da cristianização de Goa repousa em três elementos que se antagonizaram, mas que também promoveram uma síntese singular: a ocidentalização dos hindus, a orientalização ou indianização dos portugueses e a insularidade do catolicismo goês, finisterra da cristandade lusitana.